



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## SECRETARIA

Processo Nº 150 Exercício de: 2021

ASSUNTO: Proc. Cm 150/21 - Audiência Pública - Análise de Dietuzes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna com ênfase no Estatuto da Cidade - Lei 10257/2001

Nome: Com. Perm. Meio Ambiente - Uso - Ocupação e Parcelamento do Solo.

### ATUAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu \_\_\_\_\_ Secretário, a subscrevi





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## **Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo**

Jaguariúna, 21 de outubro de 2021.

Ao Senhor  
Vereador Afonso Lopes da Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
Jaguariúna

Senhor Presidente

Solicitamos de Vossa Senhoria a convocação de Audiência Pública para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade Lei 10257/ 2001, se possível na data de **08 de novembro** corrente, segunda-feira às **10h00**, no Plenário da Câmara Municipal.

Atenciosamente

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente

**VEREADOR SILVÍO LUIZ TELLES DE MENEZES**  
Vice Presidente

**VEREADOR WANDERLEY TEODORO FILHO**  
Secretário

**DEFERIDO**  
*[Handwritten signature]*

<b>PROTOCOLO</b>	
Nº de Ordem	<u>1893</u>
Fls. Nº	<u>84</u> Livro Nº <u>42</u>
<u>21/10/2021</u>	<i>[Handwritten signature]</i>
SECRETARIA	



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2021  
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2021.

Afonso Lopes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 006/2021, a ocorrer no dia 08 de novembro de 2021 (segunda-feira), às 10h00 no Plenário da Câmara Municipal, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 22 de outubro de 2021.

**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA**  
**Presidente**

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Creusa Aparecida Gomes  
Diretora Geral

**PODER LEGISLATIVO DE JAGUARIÚNA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2021  
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2021**

Afonso Lopes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 006/2021, a ocorrer no dia 08 de novembro de 2021 (segunda-feira), às 10h00 no Plenário da Câmara Municipal, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 22 de outubro de 2021.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Creusa Aparecida Gomes

Diretora Geral

**EXTRATO****TERMO DE ADITAMENTO DE CONTRATO**

A Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo, através de seu Presidente, torna público o seguinte Contrato:

TERMO DE CONTRATO Nº 008/2021.

1º ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 006/2020

EMBASAMENTO LEGAL: Art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93, e também previsto na cláusula 3.1 – Vigência do Contrato 006/2020.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses iniciando em 21 de outubro de 2020 a 20 de outubro de 2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

CONTRATADO: FIORILLI SOFTWARE LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de licença de uso de programas de informática (softwares) integrado abrangendo migração de dados, conversão de dados (inclusive de exercícios anteriores), instalação, atualização e manutenção, bem como treinamento e suporte técnico nas áreas de Contabilidade Pública, Compras, Licitações, Patrimônio, Almoxarifado, Portal da Transparência e Recursos Humanos/Folha de Pagamento, sendo os arquivos compatíveis com o Coletor de Dados do TCESP, para transporte e armazenamento das informações, de todas as fases do AUDESP, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Jaguariúna – CMJ.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.40.99 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação.

**PREÇO:**

- Valor Global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

ASSINAM: Presidente/Vereador Afonso Lopes da Silva e José Roberto Fiorilli.

Jaguariúna, 21 de outubro de 2021.

Rosângela Moreira de Santana Ribeiro

Diretora de Compras, Licitações, Contrato e Patrimônio

Arquivado no Departamento de Compras, Licitações, Contratos e Patrimônio e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.



**PODER LEGISLATIVO DE JAGUARIÚNA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2021****DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2021**

Afonso Lopes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 006/2021, a ocorrer no dia 08 de novembro de 2021 (segunda-feira), às 10h00 no Plenário da Câmara Municipal, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 22 de outubro de 2021.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Creusa Aparecida Gomes

Diretora Geral

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2021****DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2021.**

Afonso Lopes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) expede o presente Edital de Convocação para realização de Audiência Pública nº 007/2021, nos dias: 11 e 18 de novembro de 2021 (quintas-feiras) às 18h00, no plenário desta Casa de Leis, para análise das seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 061/2021 do Executivo Municipal que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 075/2021 do Executivo Municipal Estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 28 de outubro de 2021.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Creusa Aparecida Gomes

Diretora Geral



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

À Senhora  
Mariana Helou  
Deputada Estadual  
São Paulo/SP.

Prezada Senhora

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Enviado por e-mail: 25/10





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

Ao Senhor

Carlos Alexandre Fanton Silva

Presidente da Federação Nacional de Conselhos do Meio Ambiente

São Paulo/SP.

Prezado Senhor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Enviado por e-mail: 25/10



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

Ao Senhor  
Dr. Fernando Cruz Fochesato  
Promotor de Justiça de Jaguariúna  
São Paulo/SP.

Senhor Promotor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Convocado por email: 25/10





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

Ao Senhor  
Dr. Sergio Luis Caldas Espinha  
Promotor de Justiça de Jaguariúna  
São Paulo/SP.

Senhor Promotor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

enviado por e-mail: 25/10



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

Ao Senhor  
Lacir Baldusco  
Presidente da GRAPROHAB  
São Paulo/SP.

Prezado Senhor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Enviado por e-mail: 25/10





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

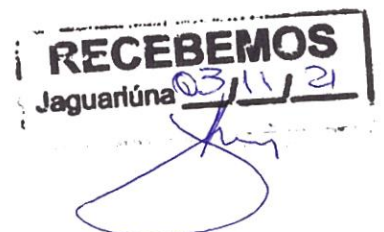
Ao Senhor  
Rômulo Augusto Rodrigues Urbano  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano  
**Jaguariúna – S.P.**

Prezado Senhor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

Jaguariúna, 22 de outubro de 2021

À Senhora

Maria das Graças Hansen Albaran Santos

Secretária Municipal Turismo e Cultura

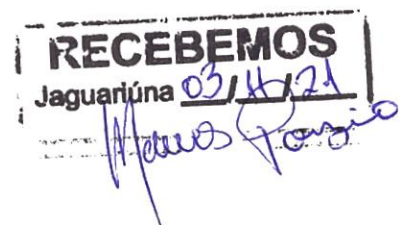
Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 08 de novembro de 2021, segunda-feira, às 10h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001.

Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 26 de outubro de 2021

Ofício PRE nº 661/2021

Ao Senhor  
Vereador Romilson Nascimento Silva  
Presidente da Comissão Permanente de  
Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo  
Jaguariúna/SP.

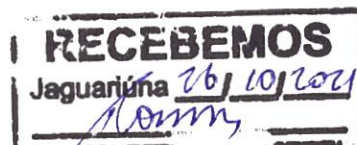
Senhor Presidente,

Tendo em vista o Projeto de Lei nº Complementar 007/2021, que dispõe sobre a urbanização de glebas ou lotes de terrenos associados a construção de edificações em conjunto residenciais horizontais, criando a categoria de Vilas Urbanas no território do Município e altera a Lei Complementar nº 97/2004, em tramitação nessa Comissão, solicito o adiamento da Audiência Pública agendada para o dia 08 de novembro corrente, nesta casa de Leis, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade – Lei 10257/2001, e tome providências no sentido de viabilizar a realização de Audiência Pública para a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 007/2021.

Aguardando providências, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

  
VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA  
Presidente



15:30





**Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo**

Jaguariúna, 28 de outubro de 2021.

Ao Senhor  
Vereador Afonso Lopes da Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
Jaguariúna

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício PRE nº 661/2021 dessa Presidência, comunicamos que a Audiência Pública agendada para o dia **08 de novembro de 2021 (segunda-feira), às 10h00**, no Plenário da Câmara Municipal, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do Planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade Lei 10257/2001, não será adiada conforme o solicitado. Esclarecemos que o trâmite para a realização da Audiência Pública já foi formalizado, bem como, lembramos que as agendas dos convidados estão bastante comprometidas, ficando, portanto, inviável outra data para todos. Atenciosamente,

**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente

**VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES**  
Vice Presidente

**VEREADOR WANDERLEY TEODORO FILHO**  
Secretário

<b>PROTÓCOLO</b>	
Nº de Ordem	1.921
Fis. Nº	081 Livro Nº 042
03/11/21	Dameia
Secretária	



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE nº 662/2021

Jaguariúna, 03 de novembro de 2021.

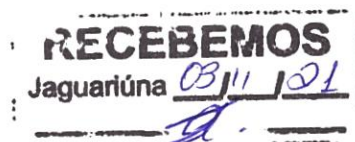
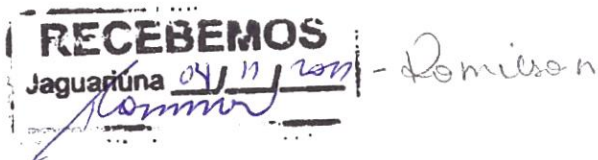
Ao Senhor  
Vereador Romilson Nascimento Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e  
Parcelamento do Solo.  
Jaguariúna/SP

Prezado Senhor

Em atenção à resposta da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, reforço a solicitação feita através do Ofício PRE 661/2021, para que esta Comissão agende a Audiência Pública do Projeto de Lei Complementar 007/2021 o mais breve possível.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA  
Presidente



Silvino Neneza







# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública, para análise de Diretrizes e Indicadores Ambientais como instrumentos norteadores do planejamento na construção democrática do Plano Diretor Estratégico de Jaguariúna, com ênfase no Estatuto da Cidade convocada através do Edital de Convocação nº 015/2021, datado de 22 de outubro de 2021, realizada no dia 08 de novembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes. Secretário Sr. Wanderley Teodoro Filho. O senhor presidente abriu a Audiência cumprimentando a todos os presentes, destacou a presença da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura, a Sra. Maria da Graça; o senhor João Rodrigues, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna. Saliou a importância daquela Audiência Pública, para que dessem início às discussões do Plano Diretor, para que se norteariam na formulação do mesmo. Destacou a presença na Casa, de cidadãos dos bairros Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim e Floresta, agradecendo os mesmos e dizendo que reforçaria o compromisso dele sobre o Plano Diretor naquela região, para expandir aquela região, as valorizando sempre. Fez a leitura de ofício enviado à Casa, remetido pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Rômulo Augusto Vigato, justificando sua ausência e o parabenizou pelos trabalhos desenvolvidos na sua Secretaria. A seguir, o senhor Vice presidente da Comissão, Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes cumprimentou a todos, agradecendo a presença de todos; chamou a sra. Secretária Maria da Graça para compor a Mesa; questionou se havia representante da Secretaria de Planejamento Urbano na Casa, continuou sua fala e convidou o srs. Carlos Alexandre Fanton Silva, presidente da Federação Nacional de Conselhos do Meio Ambiente. Disse que o Plano Diretor não havia chegado na Casa, mas queria ter em mente quando ele estivesse na Casa, o estudassem da melhor forma para o Município. O senhor presidente destacou e agradeceu a presença do vereador Eriuelton Marcos Proêncio, convidando-o para fazer parte da Mesa. A seguir, o senhor Secretário Wanderley Teodoro Filho cumprimentou a todos e lamentou a presença do Sr. Secretário de Planejamento e de representantes daquela Secretaria, salientando que haviam na Casa pessoas com conhecimentos técnicos que passariam informações importantes para a Audiência. A seguir, o senhor Eriuelton Marcos Proêncio cumprimentou a todos e perguntou qual era a cidade que tinham atualmente e qual a cidade que queriam para o futuro, e que o Plano Diretor tinha de responder aquelas duas perguntas e ele precisava atender os anseios dos cidadãos, e eles legisladores representavam a população. A Sra. Secretária Maria da Graça cumprimentou a todos e agradeceu o convite, se colocando a disposição





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para auxiliar na Audiência. O Sr. Carlos cumprimentou a todos, agradecendo o convite e se colocando a disposição para auxiliar naquele momento; falou da triste perda da cantora Marilha Mendonça e refletiu sobre a vida; falou da sua atuação como presidente da Federação Nacional de Conselhos do Meio Ambiente; falou das leis federais que protegiam a mata atlântica e o serrado em São Paulo; falou que estava a disposição tecnicamente pela experiência que tinha em várias cidades. Teceu comentários sobre a importância da urbanização de áreas em todos os municípios, solicitando para que todos participassem do processo de elaboração do Plano Diretor, para facilitar a cobrança posterior ao Gestor, sobre dúvidas no planejamento. Parabenizou e agradeceu a Casa pela iniciativa da Audiência, ressaltando a importância da Câmara no assunto, lembrando que Meio Ambiente era urbano e natural. O senhor Secretário disse que ninguém sabia de todas as coisas, porque cada pessoa vivia uma história e que, portanto, os debates eram primordiais para acrescentar conhecimentos em todas as áreas, por aquela razão convidou pessoas técnicas para o auxiliar. Agradeceu a presença do presidente da Casa, Sr. Afonso Lopes da Silva o chamando para fazer parte da Mesa. O senhor Presidente Afonso cumprimentou todos dizendo da importância daquele dia, especialmente por abrir as portas da Casa para o público, após um longo período fechada por causa da COVID, e também por estar ocorrendo aquela Audiência bastante significativa para o Município. O senhor Secretário chamou para compor a Mesa, os senhores Pedro Marchesini e João Rodrigues e o senhor Faro, amigo pessoal dele e que tinha conhecimento relacionado à crimes ambientais e que seria de grande valia naquele momento. O Sr. Presidente da Comissão convidou o Sr. Helio Bizzo para compor a mesa, sendo ele um defensor da expansão urbana. O Sr. Secretário apresentou um vídeo para que melhor entendesse o que era um Plano Diretor. Após o término do vídeo, o Sr. Secretário destacou o tamanho da responsabilidade daquela Casa quando o Plano Diretor estivesse nela; pois ele determinava o crescimento da cidade. Falou que apresentaria posteriormente quatro pontos na cidade de Jaguariúna que sofria pela falta de planejamento quando foram feitos os loteamentos; disse que precisavam oferecer melhores condições para quem fosse comprar um terreno e não somente a compra do mesmo; tinham de estruturar toda a área para garantir um bom planejamento; falou que iria requerer dúvidas ao Secretário de Planejamento. O Sr. Presidente disse que era importante lembrar que eles naquele momento não estavam começando algo na cidade e que aquela discussão era importante mas que não confundissem com uma formatação que não existia naquela real situação; disse que todos sabiam da burocracia para todas as intenções de abrir um comércio, uma área de loteamento ou outra situação que requeresse maior planejamento e licenças;





exemplificou com a construção do Supermercado Antonelli, quando precisaram resolver a legalidade e o replantio das árvores; disse que confiava e confiava no trabalho da Secretaria de Planejamento Urbano; disse ao senhor Alexandre que as legislações eram diferentes nos municípios mas, estavam juntos nas lutas; o Sr. Presidente deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso. O senhor Carlos disse conhecer o Secretário Rômulo, que também era do direito e que aquele debate não discutia idoneidade e nem capacidade técnica de ninguém, mas sim as regras e legislações; disse que estava fazendo um trabalho ambiental; disse que ele não poderia lá fazer críticas ao Plano Diretor sem a presença do Secretário Rômulo, e que ele já havia se posicionado nas audiências públicas; comentou que foram divulgadas divergências no convite para audiência pública da FAJ, sendo dois pontos de acontecimentos e era importante a divulgação do Plano Diretor e a população deveria participar e que para não ocorrerem erros, o Plano Diretor tinha de ser divulgado com ao menos vinte dias de antecipação. O senhor presidente disse que pela primeira vez na história de Jaguariúna tinham sido feitas aquelas audiências porque nunca houve e ele também não poderia falar do Plano Diretor porque ainda não havia sido protocolado na Casa e ele não achava que houve prejuízo à comunidade porque houveram audiências, e quando o projeto estivesse na Casa, teriam também audiência convidando a população para participar. O senhor Carlos disse estar na Casa como convidado técnico e o fato dele ser de outra cidade não dizia respeito a construção do Plano; disse que aquelas audiências poderiam ser úteis para outras etapas da construção e que a proposta naquele dia era para que criassem um Comitê convidando diversos setores para construir e contribuirmos para a melhor maneira de haver um Plano; falou que ele atuava com licenciamento ambiental; disse que era séria a legislação no Município mas, que muitas vezes o Secretário não tinha equipe, equipamentos adequados para executar os trabalhos, e faziam um ótimo trabalho, sendo dignos de parabéns, mas todos tinham a obrigação de dar voz nas audiências para contribuir. O senhor Presidente da Casa, vereador Afonso disse que aquela questão da avaliação era um fato complicado pelo horário, para que o povo acompanhasse, porque sempre faziam após as dezessete horas, e a questão do debate não encerrava lá; justificou a ausência de vereadores nas audiências por conta das agendas dos mesmos; disse que ainda teriam uma longa jornada pela frente e que a Casa poderia chamar debates independente do documento estar ou não na Casa. O senhor Erivelton Marcos Proêncio disse ter entendido que o Plano Diretor seria dividido em fases, que teriam uma ligação de casa, e que ficava difícil fazer perguntas sem a presença do Secretário e pediu permissão para expandir a discussão pela presença da Secretaria de Turismo que fazia um brilhante trabalho no desenvolvimento da





O senhor Carlos falou novamente e disse que ele não estava lá para fazer críticas ao Governo e se tivesse de fazer, iria fazer direto para o prefeito e ao Ministério Público ou através de outros Órgãos; achava que cada comissão iria discutir dentro de cada competência do assunto; disse que ele recebeu o texto inicial do Plano Diretor pelo whatsapp e se os vereadores não leram, era uma questão de cada um; disse que não custava nada o Secretário ter mandado o técnico dele lá, o Caio poderia ter ido lá fazer uma breve apresentação para a Comissão, e que o trabalho da Comissão era muito importante e que naquele momento estavam lá para ajudar o Rômulo desenvolver o trabalho dele no Plano; lembrou que os mapas apresentados discutiam as áreas de expansão e de redução urbana e era um ponto positivo; e tinham de ter um plano municipal para várias áreas para que fossem norteadores do Plano Diretor e não o inverso e se o Plano era um prognóstico, como poderiam fazer um prognóstico sem um diagnóstico? E ele sugeria o que dizia o Estatuto da Cidade, porque em segurança jurídica se procedesse um plano daquela maneira, disse que seria questionado pelo Promotor, e que teriam de estruturar e ter um texto que depois não seria questionado e teriam segurança jurídica para encaminhar o projeto; citou exemplos de situações de aprovação de planos que faltaram respaldos jurídicos e que não deram certo; falou que a prefeitura tinha prerrogativa de decidir onde seria ou não urbanizar, mas queriam apenas ajudar; parabenizou a responsabilidade da sra. Secretária presente na Casa. O senhor presidente Romilson disse que não era nada pessoal a fala dele e que ele respeitava o trabalho do senhor Carlos e que foi falha da Comissão não ter convidado ninguém da Secretaria do Meio Ambiente; o senhor Carlos disse que ele foi convidado para ouvir o Rômulo e ele já marcou de ter uma conversa com ele para se ajudarem me que teria uma reunião exclusiva com a Secretária do Meio Ambiente para esclarecimentos. O Senhor Presidente disse que tinha o Conselho Municipal junto à sociedade civil. O senhor Carlos disse que o prefeito poderia ter montado uma Comissão exclusiva da prefeitura que o Estatuto da cidade dava aquela prerrogativa para ele. O senhor Eriuelton Marcos Prôncio disse ser defensor dos Conselhos Municipais e achava que havia uma certa resistência para que as reuniões tivessem a publicidade devida e traças ao trabalho que estavam fazendo no dia a dia lá parecia que tinham despertado para a importância da divulgação daquelas informações, porque era importante a transparência o que acontecia nos Conselhos; sugeriu que as reuniões dos Conselhos fossem feitas na Câmara. A seguir, a senhora Secretária disse que as reuniões da Secretaria de Turismo as reuniões abertas e online para quem quisesse participar. O senhor Eriuelton disse achar que as atas das reuniões deveriam estar no site da prefeitura para acesso à população. O senhor Pedro Marchesini cumprimentou a





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

todos lembrando que as sugestões deveriam ser encaminhadas, ele havia gostado do Plano apresentado e haveriam ajustes nele; disse que a Associação dos Engenheiros fazia trabalho periódico, com atas, e ele ofício o Secretário Rômulo do Plano Diretor e lembrou que em Campinas tinha uma participação com as comunidades de bairros; ele disse que tinham um Plano monocromático e o Rômulo acatou e ele participou das audiências e ficou preocupado com algumas situações; disse que tinham de ter várias visões para o Plano, e lembrou que Jaguariúna era para se tornar MIT (Município de Interesse Turístico) e precisavam consolidar aquele plano que era um dos planos para a cidade ; falou de áreas que precisam serem vistas pelas Secretarias para o Plano; colocou a Associação dos Engenheiros à disposição para ajudar no que pudesse; lembrou que o Plano Diretor foi descentralizado para atender a curto, médio e longo prazo. O senhor Silvio Menezes lembrou que aquela audiência seria transcrita em ata e que quando o Plano Diretor estivesse na Casa, seriam convocadas audiências públicas para conhecimento do mesmo e posteriormente ele seria votado. O Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitou ao senhor para que o senhor Carlos explicasse como ficava a questão da exploração de minérios em área urbana, porque entendia que Pedreira estava em área urbana e o proprietário dela conseguiu o direito de lavras do Ministério de Minas e Energia, e morador tinha o direito de superfície, e questionou como ficava aquela questão. O senhor Carlos falou do DNPM que deu o mapeamento de tudo o que existia para explorar na nossa região; discorreu sobre o processo de exploração; falou do interesse do Governo na questão; falou da facilidade da licença para área já impactada e da lavra que era antiga no Município; comentou das formas de exploração sem ser impactantes e do direito adquirido pela pedreira; falou da situação de inviabilizar a pedreira e lembrou que em Campinas conseguiram para não ampliar a pedreira de lá; disse que o Ministério Público era importante junto da Comunidade; exemplificou com a Secretaria de Cultura que tinha bens tombados na cidade e que não poderiam ser mexidos, mas lembrou dos riscos dos impactos ambientais; e comentou como as coisas deveriam ser feitas para não impactar os patrimônios e todo o resto da cidade; disse que o prefeito era um defensor das UDSS; A senhora Secretaria de Cultura disse que tinham um Plano Municipal de Turismo aprovado pela Câmara, tinham um Plano de Cultura e trabalhavam muito na área de patrimônio histórico da cidade e comentou que existiam outros planos que seriam apresentados posteriormente; falou que tinham várias rotas para incluir; o patrimônio histórico de Jaguariúna era bastante rico; falou que a fazenda da Barra seria um patrimônio histórico preservado e turístico, porque a cidade crescia daquele lado, e nela reunia as três pastas, que seria muito bom para o Município; o senhor Carlos disse que o objetivo principal do





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Plano Diretor era dar a vocação para a cidade; falou que se não tivesse dentro da regra da lei dentro do Plano Diretor, não poderiam aprovar o Orçamento do Município; perguntou para a Secretária de Turismo sobre a dificuldade de receber recursos para a Secretaria dela se era por falta de lei ordinária, na lei do Plano Diretor estabelecida na cidade; a senhora Secretaria disse que a Peça Orçamentária era trabalhada com todos os Secretários, pelas prioridades de cada Governo e o Prefeito Gustavo tinha disponibilidade de estar trabalhando com a Saúde, Educação e Meio Ambiente; falou da importância dos outros Setores, mas ressaltou a importância da Saúde e Educação; teceu comentários sobre a cultura humana, que de modo geral era sempre muito rica; falou que o Orçamento era muito justo, apertado; falou que observava os investimentos do Orçamento na Educação, Saúde, que estava com demanda muito grande; lembrou que o hospital de Jaguariúna era referência; sobre a Cultura ela sempre trabalhava muito com o Governo Federal, independente do Governo atuante no momento; falou das verbas que conseguiu com o Governo Federal e dos projetos; a Pasta dela tinha um dos menores Orçamentos, mas trabalhava com verbas extras para desenvolver projetos; teceu comentários a respeito dos seus trabalhos à frente da Secretaria; o senhor Romilson destacou os trabalhos da senhora Secretária, que era excelente, de muita responsabilidade e impactava no Município positivamente; a senhora Secretaria agradeceu e se colocou a disposição para ajudar no que fosse possível; em seguida, fez uso da palavra a senhora Sirlene, funcionária Pública Municipal dizendo que representava o Bom Jardim, Floresta e Bom Jardim, e salientou que conforme o senhor Ton falou sobre interesses da população no Plano e não interesses políticos; agradeceu o senhor Carlos pela contribuição positiva naquela audiência; falou que o interesse deles na região que representava era moradia e sustentabilidade, falou de interesses sobre lotes doados aos vereadores; disse que a cidade não era só das imobiliárias e falou dos interesses dos moradores daquela região que ela representava, lembrando como tudo lá funcionava e salientando que lá usavam fossa sem tratamento de esgoto e esperavam aquele projeto de área urbana no Plano Diretor daquela área; falou que as leis funcionavam como convinha à cúpula e disse que nunca houve reunião sobre o Plano Diretor; disse que o Bom Jardim não era mais rural e que o Plano Diretor referente ao Bom Jardim e Floresta era prioritário; falou do aluguel em Jaguariúna que era muito difícil; disse que tinham tempo de sobra para fazer o Plano Diretor; agradeceu ao Romilson que estavam lutando por eles; o senhor Silvio Luiz Telles de Menezes agradeceu a fala da senhora Sirlene dizendo que havia uma preocupação de saber de que forma seria feito o Plano e naquela Casa eles tinham aquela função porque foram eleitos pelo povo para aquilo e eles tinham aquela preocupação; disse que o





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

crescimento da cidade tinha de acontecer de forma sustentável e que ele ficava feliz em estar em uma Comissão em um momento tão importante quanto aquele; o senhor Erivelton disse que entendia a fala dela e que eles teriam de discutir aquilo de maneira organizada; e que no ponto de vista dele lá também Zona Rural, a área do Bom Jardim, Floresta e Santo Antonio do Jardim; falou das dificuldades que lá faltavam e que teriam de mudar aquela situação; lembrou que no próximo dia onde teriam uma audiência pública na Casa as 18h00 e convidou todos para participar, lembrando das Secretarias que foram convocadas para tal audiência; falou da escassez dos recursos e que queriam saber o que cada Secretaria iria cumprir com cada Orçamento, no Plano de Governo estipulado pelo Prefeito; o quanto iria ser investido em cada segmento e que ele e todos não queriam mais ser enganados sobre os recursos; falou da importância da participação popular nas audiências e se comprometeu lutar pelo bairro Bom Jardim; o Sr. Carlos disse do projeto do Governo do Estado de São Paulo para a região do Bom Jardim, chamado Zoneamento Ecológico Econômico, explanando um pouco sobre o tema e disse que aquela região poderia ser mantida como Rural; comentou sobre os recursos para aquela região e exemplificou as conquistas feitas nas áreas rurais na cidade de Campinas com o Fundo de meio Ambiente; falou sobre a lei de pagamento por serviços ambientais; falou do projeto de zoneamento rural e falou sobre várias questões sobre áreas rurais, exemplificando benefícios dentro do Plano Diretor; o senhor Erivelton falou sobre a vontade dos moradores daquelas áreas de querer ou não tais benefícios e falou sobre outras regiões que não foram colocadas naquela discussão; a seguir, o Sr. Romilson disse que os bairros que mais sofriam eram o Bom Jardim, Floresta e o Santo Antonio e que ele foi morador do Bom Jardim e Floresta e foram por quarenta anos abandonados e tinham de ouvir a comunidade porque era clamor de todos de lá; a sra. Sirlene agradeceu dizendo que todos eles tinham o direito de reivindicar e precisavam serem ouvidos pela Administração; teceu várias situações de moradores que sofriam com as dificuldades daquelas localidades; o sr. Romilson defendeu as reivindicações dos moradores e falou das obrigações do Poder Público dar infra estrutura para toda população, defendendo toda população; em seguida, o Sr. Carlos falou dos modelos de núcleos urbanos muito interessantes e dos perigos de expansão urbana; falou das diferenças de expansões urbanas e de áreas ambientais que precisavam ser preservadas; teceu vários comentários sobre áreas de expansão urbana; a sra. Sirlene falou das condições de implantação urbana e das dúvidas que tinha sobre o assunto; o Sr. Carlos esclareceu várias dúvidas a respeito, juntando-se ao assunto o senhor Faro e relatando sobre as preocupações, inclusive, da crise híbrida mundial; teceu vários comentários sobre as dificuldades das áreas que não foram urbanizadas e das





análises minuciosas que precisam ser feitas para que tudo acontecesse com sucesso e a contento da população; em seguida, o Sr. Romilson voltou falar sobre seu conhecimento na questão urbana, tendo em vista o tempo que já estava naquela Casa como vereador e viveu várias situações naquele sentido, não querendo fomentar nenhuma injustiça; o Sr. Erivelton Marcos Proêncio disse que o assunto da crise híbrida precisava ser discutido com muita seriedade naquela Casa e que a Secretária tinha pontuado muito bem a questão das PPs no Município; o Sr. Carlos falou da importância da PPP e de como ele poderia participar positivamente naquela questão, exemplificando a situação; o Sr. Erivelton Marcos Proêncio pontuou a questão de que o cidadão teria de ter a liberdade de escolher o que ele queria, porque ninguém era obrigado a nada e que tinha de ser respeitada a liberdade de cada um; o Sr. Romilson disse que os problemas de água e esgoto do município existiam por causa de maus empreendedores que vieram para a cidade e não poderiam penalizar aqueles moradores por causa daquela situação; deu alguns exemplos a respeito; em seguida, houve comentários fora do microfone, por parte do Sr. Faro questionando sobre inventários de minas d'água em Jaguariúna, dentre vários comentários a respeito do assunto; o Sr. Carlos disse que gostaria de ouvir a Associação Comercial e posteriormente fazer encaminhamento; o Sr. Presidente disse que deixaria a sra. Sirlene e outros encerrarem suas falas; falou da importância daquele debate; a sra. Sirlene concluiu sua fala comentando das situações que faziam parte da democracia; falou de lotes indo para a região de Paulínia e dos interesses próprios; o Sr. Carlos falou de conurbação urbana, explicando sobre o assunto; falou das leis das cidades; teceu comentários sobre o assunto a sra. Sirlene também exemplificando situações; o Sr. Carlos continuou sua fala comentando sobre alto custo de terrenos; falou novamente das dificuldades de algumas áreas que estavam abandonadas e seus malefícios e benefícios para com os cidadãos e municípios; falou da falta de planejamento de loteamentos de diferentes valores; o sr. Erivelton Marcos Proêncio disse concordar com o Sr. Carlos nas suas falas e das dificuldades que o pessoal daquelas áreas encontram há anos lá; a partir daquele momento teve comentários paralelos entre a sra. Secretária, Sr. Erivelton e sra. Sirlene; em seguida, o Sr. Carlos falou das possibilidades de criação de áreas a serem urbanizadas; em seguida, o Sr. João Rodrigues dos Santos disse que estava acompanhando as quatro audiências públicas do Plano Diretor desde a semana anterior; disse que a Associação Comercial fazia parte de muitos Conselhos e citou algumas delas; ressaltou seu entendimento sobre as características positivas da cidade de Jaguariúna; falou de atos das reuniões do Conselho e falou do seu entendimento sobre as explicações do Rômulo nas reuniões do Conselho e da falta de concretizar assuntos tratados há





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mais de dez anos em Plano de Urbanização e destacou dos seus medos sobre Urbanização desenfreada, quanto o aumento populacional e continuou sua fala sobre seu ponto de vista a respeito das áreas de expansão urbana da cidade; falou das áreas rurais que ficaram projetadas para serem parcialmente expandidas; naquele momento houve comentários paralelos entre os srs. João e Carlos que explanou sobre áreas mananciais e outras que fariam parte do plano de expansão urbana; o Sr. Carlos explanou sobremaneira sobre áreas de expansão urbana e seus benefícios e malefícios se fosse feita de forma inadequada; o Sr. João Carlos continuou sua fala dizendo ao Sr. Bizzo sobre as audiências que ainda aconteceriam naquela Casa sobre o Plano de Expansão Urbana Municipal, se colocando à disposição para falar com o Secretário Rômulo sobre a área que o Sr. Bizo se referia; comentou sobre a dinâmica relatada em audiência pública; falou da qualidade de vida em Jaguariúna e não quantidade e discorreu sobre o lado positivo da cidade; falou dos projetos quanto as belezas naturais do Município; parabenizou aquela audiência e desejou que outras acontecessem; o Sr. Carlos questionou ao Sr. João sobre as demandas do centro da cidade, qual a leitura que aquela Associação fazia e o Sr. João Rodrigues dos Santos respondeu a contento o questionamento; dizendo que haveriam pronunciamentos em momentos específicos para cada assunto; falou de diversos projetos que poderiam ser aplicados para melhorar a qualidade de vida do Município; citou os grandes faturamentos que as empresas arrecadavam em Jaguariúna e daquilo que cada uma poderia proporcionar de bom à cidade; citou várias intenções da Associação Comercial de Jaguariúna junto à toda população; a seguir o Sr. Eriventon Marcos Proêncio falou sobre lei de incentivo para patrimônio tombado e questionou a Secretária a respeito, que respondeu que a mesma precisaria ser aprovada; o Sr. Tiago disse que o projeto de lei havia sido discutido junto aos membros do Conselho e estavam aguardando a lei chegar naquela Casa; falou das dificuldades de ter um imóvel histórico na cidade sem moeda de troca para benefício; a sra. Secretária disse que achava que estava no DTL o projeto; houve comentários paralelos sobre aquele assunto e o Sr. Tiago continuou sua fala a respeito explanando sobre o projeto para fomentar o turismo na cidade; em seguida, o Sr. Eriventon disse que precisavam cobrar para que o projeto chegasse logo na Casa; a Sra. Secretária explicou parte do tramite do projeto para que chegassem naquela Casa; em seguida o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes falou a respeito da importância daquela Audiência e transmitiu um vídeo com bairros da cidade, mostrando dificuldades e necessidades que tais bairros expunham por falta de planejamento adequado e que tinham de tomar cuidado com o planejamento de cada localidade; o Sr. Carlos também colocou seu ponto de vista sobre as situações apresentadas naquele vídeo





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

apresentado. A seguir, o Sr. Presidente agradeceu todos pela participação dizendo que outras audiências ainda seriam realizadas sobre o Plano de Expansão Urbana e declarou encerrada aquela audiência. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento de Solo. Esta Ata será anexada ao Processo nº 150/2021, juntamente com CD contendo gravação da referida Audiência Pública.

**Vereador Romilson Nascimento Silva**  
**Presidente**

**Vereadora Silvio Luiz Telles de Menezes**  
**Vice-Presidente**

**Vereador Wanderley Teodoro Filho**  
**Secretário**